



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
NUCLEO PERMANENTE DE CONCURSOS – COMPERVE
CONCURSO PÚBLICO PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
(EDITAL 001/2018)

PROGRAMA DE ESTUDOS

Cargo: **ADVOGADO**

1. DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Noções gerais de organização administrativa brasileira. 2. Administração Direta e Indireta. 2.1. Descentralização e Desconcentração. 3. Serviço público: noções gerais; formas e meios de prestação; concessão e permissão de serviços públicos; autorização; tarifas. 4. Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002). 5. Parcerias Público-Privadas (Lei n.º 11.079/04). 6. Bens públicos: noções gerais, espécies. 7. Poder de polícia: noção, características, formas e limites. 8. Limitações administrativas ao direito de propriedade. 8.1. Servidão administrativa. 8.2. Requisição Administrativa. 8.3. Ocupação Temporária 8.4. Tombamento e Proteção ao patrimônio imaterial 8.5. Desapropriação. Reformulei. 9. Responsabilidade civil do Estado: noções gerais, formas de exclusão da responsabilidade do Estado. Responsabilidade por omissão. 10. Servidor Público civil. 10.1. cargos, empregos e funções públicas. 10.2. Concurso Público. 10.3. Regime celetista e estatutário. 10.4. Acumulação de cargos. 10.5. Contratação temporária. 10.6. Processo Administrativo Disciplinar. 11. Atos de improbidade administrativa. Lei nº 8429/92. 12. Estatuto da Cidade (Lei nº 10257/01). 12.1. Diretrizes gerais da política urbana. 13. Atos Administrativos. 14. Processo Administrativo - Lei 9.784/99. 15. Convênios Administrativos. 16. Controle da Administração Pública. 17. Lei de Acesso à Informação Pública (Lei n.º 12.527/11).
2. DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Constituição: conceito, objeto, classificações e estrutura. 1.1. Supremacia da Constituição. 1.2. Vigência e eficácia das normas constitucionais. 2. Direito Constitucional positivo. 2.1. Princípios Constitucionais explícitos e implícitos. 2.2. Federação. 2.3. Tripartição dos poderes. 3. Direitos e garantias fundamentais. 3.1. Direitos individuais. 3.2. Direitos sociais. 3.3. Direitos políticos. 4. Organização do Estado e repartição de competências. 4.1. União. 4.2 Estados e DF. 4.3. Municípios. 4.4 Criação e Extinção dos Municípios 5. Administração Pública. 5.1. Princípios Constitucionais da Administração Pública. 5.2. Servidores Públicos Civis. 6. Organização dos Poderes. 6.1. Função legislativa, executiva e judiciária. 6.2. Processo legislativo. 7. Controle de Constitucionalidade. 7.1. Controle de Constitucionalidade de Leis municipais. 8. Ordem

- Econômica e Financeira. 8.1. Política Urbana. 9. Seguridade Social. 10. Educação e Cultura. 11. Meio Ambiente. 12. Intervenção no Município.
3. DIREITO CIVIL 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2. Pessoa natural. Conceito, capacidade, domicílio. 3. Direitos da personalidade. 4. Pessoas jurídicas. Espécies. Pessoas jurídicas de direito público e privado. 5. Desconsideração da personalidade jurídica no direito civil, no direito tributário e no direito do consumidor. 5.1. Responsabilidade dos sócios, diretores e administradores. 6. Fato jurídico. 6.1. Negócio jurídico. 6.2. Ato jurídico. 7. Representação. 8. Prescrição e decadência. 9. Responsabilidade civil. 10. A empresa, o empresário e o estabelecimento empresarial, nome empresarial. 10.1 Empresário individual. 10.2 Da sociedade: disposições gerais. 10.3 Da sociedade não personificada 10.4 Da sociedade personificada. 10.6 Do Estabelecimento 10.7 Registro público de empresas. 10.8 Direitos Reais sobre bens imóveis: enfiteuse, servidões, uso, usufruto e habitação, do direito do promitente comprador. 10.9 Cessão de direitos de bens imóveis.
 4. DIREITO PENAL: 1. Princípios do Direito Penal. 2. Crimes em espécie: crimes contra a Administração Pública, crimes contra a fé pública, crimes contra o patrimônio, crimes contra a honra. 2.2 Crimes contra as finanças públicas. 3. Crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal. 4. Crimes de Abuso de Autoridade (Lei no 4.898/65).
 5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL Novo Código de Processo Civil, assim como suas alterações; 1. Da jurisdição e da ação. 2. Da competência interna. 3. Dos sujeitos do processo: das partes e dos procuradores; do litisconsórcio; da intervenção de terceiros; da advocacia pública. 4. Dos atos processuais. 5. Da tutela provisória. 6. Da formação, suspensão e extinção do processo. 7. Do procedimento comum. 8. Do cumprimento da sentença. 9. Do processo de execução: da execução em geral; da execução por quantia certa; da execução contra a fazenda pública; dos embargos à execução; da suspensão e da extinção do processo de execução. 10. Dos recursos. 11. Dos Procedimentos especiais: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa. 12. Juizados Especiais. 13. Execução Fiscal.
 6. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. 1 Seguridade social: conceito; organização e princípios constitucionais. 2 Regime Geral da Previdência Social: beneficiário, benefícios e custeio. 3 Salário-de-contribuição: conceito, parcelas integrantes e excluídas, limites mínimo e máximo; salário-base, enquadramento, proporcionalidade e reajustamento. 4 Planos de benefícios da previdência social: espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas, períodos de carência, salário-de-benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor do benefício. 5 PIS/PASEP. 6 Entidades de previdência privada: conceito e finalidades, constituição, organização, funcionamento e fiscalização. 7

Entidades abertas: regulamentos, requisitos essenciais, vinculação ao Sistema Nacional de Seguros Privados (órgãos normativo e executivo); operações; disposições especiais. 8 Entidades fechadas: posição em relação à seguridade social oficial; entes patrocinadores e supervisão das atividades das entidades fechadas; Ministério da Previdência e Assistência Social: competência em relação às entidades fechadas; operações; entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras no âmbito da administração pública federal. 9 Previdência privada versus previdência pública. 10 Fundos de pensão. 11 Legislação acidentária. 11.1 Regulamento do seguro de acidentes do trabalho (urbano e rural). 11.2 Moléstia profissional.

7. DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO. 1 Código Tributário Nacional 1.1. Disposições gerais 1.2 Competência tributária 1.3. Impostos 1.4 Taxas 1.5 Contribuições 1.6 Legislação tributária 1.7 Obrigação tributária 1.8 Crédito Tributário 1.9 Administração Tributária 2 Orçamento público 2.1 Lei Federal n.º 4.320/1964 e atualizações. 3 Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal n.º 101/2000).
8. DIREITO AMBIENTAL/URBANÍSTICO. 1 Princípios do Direito Ambiental. 2 O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. 2.1 Análise do conceito constitucional de meio ambiente. 2.2 Competências na matéria ambiental. 2.3 Aplicabilidade das normas. 2.4 O Capítulo VI do Título VIII da Constituição Federal de 1988 – Do meio ambiente. 3 Política e Sistema Nacional de Meio Ambiente. 3.1 A Lei Federal n.º 6.938/81. 3.2 A Resolução CONAMA n.º 237/97. 3.3 Competência dos órgãos federais, dos órgãos estaduais e dos órgãos municipais de meio ambiente. 3.4 Licenciamento Ambiental. 4 Educação ambiental. 5 O estudo de impacto ambiental e a Administração Pública. 6 A legislação brasileira de proteção florestal. 7 Áreas de preservação permanente e unidades de conservação. 8 Regime jurídico dos recursos hídricos. 9 Lei Federal de Crimes Ambientais e Infrações Administrativas e Decreto Federal n.º 3.179/99. 10 Saneamento básico: Lei Federal n.º 11.445/2007. 11 O Capítulo II do Título VII da Constituição Federal de 1988 – Da Política Urbana. 12 Lei Federal n.º 10.257/01 (Estatuto da Cidade). 13 Lei n.º 6.766/79 e alterações.
9. DIREITO MUNICIPAL. 1 Organização municipal brasileira: o município na Constituição de 1988; Lei Orgânica do Município de Natal. 2 Autonomia municipal. Intervenção do Estado no Município. 3 Município: governo, competência e responsabilidade. 4 Finanças municipais: tributos e outras receitas municipais. Orçamento (normas orçamentárias da Lei Orgânica do Município de Natal). 5 Bens municipais: conceito e classificação. Administração. Uso. Aquisição e alienação. 6 Serviços e obras municipais: serviços públicos, obras públicas e formas e meios de execução. 7 Poder de polícia do Município. 8 Dos Poderes constituídos do Município: do Executivo. Atribuições e Responsabilidade do Prefeito Municipal. Do Legislativo Municipal. Composição e atribuições. Do Controle

Externo. 9 Servidores Públicos Municipais. 10 Legislação do Município de Parnamirim. 10.1 Código Tributário do Município de Parnamirim (Lei n.º 951/1997 e atualizações). 10.2 Plano Diretor de Parnamirim (Lei Complementar n.º 1058/2000). 10.3 Lei Municipal n.º 140/1969 e atualizações (Estatuto do Servidor Público).